

Inquérito Civil

Autos SIG n. 06.2016.00008284-4

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Laguna/SC, neste ato representada pela Promotora de Justiça Luciana Cardoso Pilati Polli, doravante designado **COMPROMITENTE**; o **MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 16.780.795/0001-38, situada na Rodovia SC-437, Km 8, Centro, Pescaria Brava/SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, *Deyvisonn da Silva de Souza*, acompanhado de seu Procurador Jurídico, *Alexandre Souza Lopes*, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes dos **Autos do Inquérito Civil SIG n. 06.2016.00008284-4**, têm, entre si, justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO que o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público,

dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública visando à proteção dos direitos constitucionais, dos interesses individuais indisponíveis, individuais homogêneos, sociais, difusos e coletivos, bem como do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do art. 82, VI, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) legitima o Ministério Público a intentar a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, aí incluído o meio ambiente urbano, com vista à sua preservação para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, todos da Constituição da República, preceito reafirmado no Código Civil, em seu art. 1.228, § 1º, segundo o qual o *"direito a propriedade deve ser exercitado em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas"*;

CONSIDERANDO que, para a execução da política urbana de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição da República, foi instituído o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), que estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (art. 1º, *caput*, e parágrafo único);

CONSIDERANDO que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, entre outras diretrizes gerais, a ordenação e o controle do uso do solo, de forma a evitar: *"a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o*

uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental; h) a exposição da população a riscos de desastres" (art. 2º, VI, da Lei n. 10.257/2001);

CONSIDERANDO que o parcelamento do solo de gleba, visando à subdivisão em lotes, para fins urbanos, é regulado pela Lei n. 6.766/79, que estabelece exigências técnicas, jurídicas e regras urbanísticas quanto à sua implementação e execução, vale dizer: **a)** aprovação pelo Município (art. 12); **b)** efetivação do registro especial (art. 18); **c)** elaboração de contrato-padrão com cláusulas e condições protetivas (arts. 25 a 36); **d)** não abrangência de áreas de risco ou de proteção ambiental (art. 3º, parágrafo único), e em zona urbana ou de expansão urbana, sendo imperiosa a prévia audiência do INCRA, quando houver a alteração de uso do solo rural para fins urbanos (arts. 3º, *caput*, e 53); e **e)** execução de obras de infraestrutura (arts. 2º, § 5º, e 18, V);

CONSIDERANDO que "o projeto de loteamento e desmembramento deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os arts. 6º e 7º desta Lei, salvo a exceção prevista no artigo seguinte" (art. 12, *caput*, da Lei n. 6.766/79);

CONSIDERANDO que o loteamento ilegal é gênero do qual são espécies: **a)** loteamento clandestino (aquele não aprovado pela Prefeitura Municipal); e **b)** loteamento irregular (aquele que, embora aprovado pela Prefeitura, não possua regular inscrição, ou é executado em desconformidade com o plano e as plantas aprovadas);

CONSIDERANDO que a urbanização é tarefa eminentemente pública, e, no que concerne ao parcelamento do solo urbano (notadamente na

modalidade de loteamentos), compete ao loteador, antes do fracionamento do solo, submeter o seu intento às conveniências do Poder Público a fim de que tal pretensão seja analisada e, eventualmente, constatada a sua viabilidade dentro da função social da propriedade;

CONSIDERANDO que o Município poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes, inclusive no âmbito da regularização fundiária urbana (art. 40, *caput*, da Lei n. 6.766/79 e art. 15, X, da Lei n. 13.465/2017);

CONSIDERANDO que a referida disposição legal não representa uma faculdade, mas, sim, um "poder-dever" do Município de agir no sentido de regularizar o loteamento urbano ocorrido de modo clandestino ou irregular, uma vez que é o responsável pela ocupação do solo urbano, atividade essa de caráter vinculado (STJ, Agravo Regimental no Recurso Especial n. 109078, do Acre. Rel. Min. Sérgio Kukina, j. 9/8/2016);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil de Autos n. 06.2016.00008284-4, instaurado para apurar a possível implantação de loteamento clandestino no Bairro Barreiros em Pescaria Brava/SC¹, e que, promovido o arquivamento do presente procedimento, houve a conversão do julgamento em diligência pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para fins de verificação de possível perpetuação de esgoto a céu aberto na localidade (fls. 155-156);

CONSIDERANDO que, em vistoria *in loco*, realizada pelo Município de Pescaria Brava/SC, verificou-se que "algumas residências do loteamento não possuem tratamento de esgoto doméstico pelo sistema de fossa séptica, lançando o

¹ Situado em área urbana do Município de Pescaria Brava/SC, conforme Lei Complementar n. 61 de 22 de dezembro de 2017

material cloacal diretamente no curso d'água que deságua na Lagoa de Imaruí" (fls. 215-218);

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de tomada de providências para a cessação do lançamento de efluente não tratado em recurso hídrico;

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas necessárias à regularização das residências existentes no empreendimento denominado Loteamento Residencial Beira Mar, situado no Município de Pescaria Brava/SC, no que se refere à ausência ou à deficiência de sistemas individuais de tratamento e disposição final do esgoto sanitário, mediante fiscalização periódica do poder público municipal e autuação do loteador e dos atuais proprietários para a adoção das providências adequadas à solução da irregularidade, sem prejuízo de eventual custeio por parte do Compromissário no caso de núcleos informais de baixa renda.

DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC

CLÁUSULA 2ª: O Compromissário compromete-se a realizar, **no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do presente TAC**, o levantamento de todas as residências existentes no Loteamento Residencial Beira Mar que não possuam o devido sistema individual de tratamento e de disposição final do esgoto sanitário.

CLÁUSULA 3ª: O Compromissário compromete-se a realizar fiscalização periódica nas residências mencionadas no levantamento mencionado na Cláusula 2ª pelo **período de 6 (meses) meses**, atuando-se o loteador e os atuais proprietários para a realização de obras e/ou instalação dos equipamentos necessários à regularização dos respectivos sistemas individuais de tratamento e disposição final do esgoto sanitário.

CLÁUSULA 4ª: O Compromissário promoverá, ainda, fiscalização periódica das residências situadas no Município de Pescaria Brava/SC que não possuam o devido sistema individual de tratamento e de disposição final do esgoto sanitário, atuando-se os atuais proprietários para a realização de obras e/ou instalação dos equipamentos necessários à regularização dos respectivos sistemas individuais de tratamento e de disposição final do esgoto sanitário.

CLÁUSULA 5ª: Para a comprovação do cumprimento dessas obrigações, o Compromissário, **MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC**, compromete-se a apresentar relatórios bimestrais acerca das providências efetivamente adotadas em cada uma das fiscalizações e dos resultados obtidos, os quais deverão ser protocolados nesta Promotoria de Justiça a partir de 7 de junho de 2019.

DAS MULTAS

CLÁUSULA 6ª: Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), o **COMPROMISSÁRIO** fica obrigado ao pagamento de **multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais)**, revertendo tal valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência: 3582-3, Conta Corrente: 63.000-4).

CLÁUSULA 7ª: Para a execução das referidas multas e a tomada

das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos ambientais e municipais fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou órgão público.

Parágrafo Único: Além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 8ª: O Ministério Público poderá a qualquer tempo solicitar vistorias e diligências aos órgãos ambientais competentes para a certificação e a fiscalização do cumprimento das cláusulas firmadas no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA 9ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo em face do Compromissário, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA 10: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 11: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA 12: As partes acordam que os Autos do Inquérito Civil

SIG n. 06.2016.00008284-4 têm validade em Juízo, em caso de eventual ajuizamento de demanda judicial pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Assim, justos e acertados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor, que será anexado ao Inquérito Civil de Autos n. 06.2016.00008284-4.

DO ARQUIVAMENTO

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquiva o Inquérito Civil de Autos SIG n. 06.2016.00008284-4 e comunica o seu arquivamento, neste ato, ao Compromissário, **Município de Pescaria Brava/SC**, salientando que, caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo art. 50 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Laguna/SC, 12 de março de 2019.

[assinado digitalmente]

LUCIANA CARDOSO PILATI POLLI
Promotora de Justiça

MUNICÍPIO DE PESCARIA
BRAVA/SC

(representado por seu Prefeito Municipal,
Deyvisonn da Silva de Souza)
Compromissário

Testemunhas:

ALEXANDRE SOUZA LOPES
Procurador-Geral do Município de Pescaria
Brava/SC

FERNANDO RODRIGUES
Diretor da Vigilância Sanitária do
Município de Pescaria Brava/SC